

## Trabalhando o passado na dinâmica do presente: o futuro dos Museus Históricos e Pedagógicos

---

Ana Carolina Xavier Avila<sup>1</sup>

Estamos tangenciando um mundo em que temos que ter a certeza de que os museus históricos estão postos para levantar questões e não para dar respostas definitivas.

(Maria Ignez Mantovani Franco)

Estamos em crise. Esse é o ponto. Não apenas uma crise sanitária, política e social, decorrentes da pandemia que enfrentamos, mas, no caso dos museus, uma crise anterior ao vírus SARS-CoV-2, uma crise identitária, o impasse entre o que são, o que deveriam ser e o que o público espera que sejam. Em síntese, a pandemia que nos assola apenas acentuou um problema antigo em boa parte das instituições museológicas. No caso da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo, o impacto da atual conjuntura social se fez ainda mais palpável, tendo em vista suas fragilidades de gestão, que permeiam desde a escassez de recursos orçamentários, até a ausência de equipes qualificadas (ou apenas equipes). Além de tais fatos, pesa, ainda, sobre essas instituições museológicas o cansativo fardo de, diariamente, persuadir gestores públicos e o restante da sociedade sobre a relevância dos equipamentos culturais à comunidade, mesmo (e, talvez, principalmente) em tempos de colapso social.

Entretanto, longe de pieguices, sabemos que as crises são momentos propícios para o exercício da criatividade. Afinal, as melhores ideias surgem em decorrência de necessidades agudas, não é mesmo? Embora o processo de mudança seja doloroso e enfadonho, certamente resulta em bons frutos, se, de fato, tais transformações foram cunhadas em processos honestos de escuta, colaboração e reflexão sobre o que se espera de uma instituição museológica, seja qual for sua dimensão, na contemporaneidade. Angelica Fabbri, em fala recente aos profissionais dos Museus Históricos e Pedagógicos (MHP) nos relembra:

---

<sup>1</sup> Ana Carolina Xavier Avila é Museóloga, Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo, licenciada em Artes e bacharel em Artes Visuais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, possui formação técnica em Museologia pela Escola Técnica Estadual Parque da Juventude e em Design Gráfico pela Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. Detém experiência profissional na área de Museologia, com ênfase em Planejamento Museológico e Gestão de Acervos. Desde outubro de 2010 é Assistente de Ações Técnicas da Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), a serviço do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), vinculado à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) - Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado São Paulo.

Nós, enquanto profissionais que trabalhamos em museus, os nossos museus que têm que ter um sentido para a sociedade, eles só avançam a partir dessa coragem que nós temos de olhar para nós mesmos e ver em qual momento estamos e aonde podemos ir. (FABBRI, 2021)

Em meio a todos esses questionamentos, ainda mais enfatizados com a obrigatoriedade de distanciamento social e a impossibilidade do contato direto com o público, o Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), no decorrer do ano de 2020, readequou as metodologias de trabalho nas atividades de Apoio Técnico dedicadas à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo. Sendo assim, tais instituições museológicas foram acompanhadas pelo Sistema à distância, no entanto, como já era de se esperar, por conta do fechamento desses museus à visitação pública, bem como, afastamento de seus funcionários integrantes dos grupos de risco, a assistência e comunicação com essas instituições foram fortemente impactadas.

Tendo em vista o avanço da pandemia no ano de 2021, visando retomar a comunicação e apoio técnico a essas instituições museológicas, desenvolveu-se a proposta da “Roda de Conversa: Museus Históricos e Pedagógicos – O futuro das instituições de pequeno e médio porte do interior paulista”, realizada durante os dias 15 e 16 de abril de 2021, configurando-se como encontro virtual, promovido para as equipes de trabalho dos Museus Históricos e Pedagógicos, municipalizados ou em processo de municipalização, tendo como objetivo primeiro incentivar e fortalecer tais profissionais, lembrando-os que, apesar das intempéries sofridas ao longo dos anos, essa rede de museus, a primeira em nosso país, de suma importância às suas comunidades locais como curadoras e guardiãs do patrimônio cultural dessas cidades, foi responsável, também, pelo desenho de boa parte das políticas públicas museológicas hoje vigentes no estado de São Paulo, tendo impactado, inclusive, as políticas públicas museológicas em nível nacional. A ação intentou traçar, também, o novo perfil dessas instituições e coletar dados atualizados sobre elas, fornecendo subsídios ao SISEM-SP para o desenvolvimento de ações que supram, de fato, as novas necessidades desses museus.

Sendo assim, as linhas que se seguirão abordarão algumas reflexões importantes, advindas dessa Roda de Conversa, assim como, vislumbrarão um panorama atualizado sobre a situação dos museus pertencentes à referida rede, considerando o hiato entre a publicação de pesquisas específicas sobre o tema<sup>2</sup> e últimas produções técnicas do SISEM-SP.

Cabe ressaltar que a autora do presente artigo, assim como em sua dissertação de mestrado, redigida sobre o caso dos Museus Históricos e Pedagógicos, não possui a pretensão de esgotar o tema que se propôs apresentar, e nem mesmo pretende expressar opiniões conclusivas. Afinal, estamos aqui para sugerir perguntas e não para dar respostas absolutas, correto? Na verdade, o presente texto tem como um de seus principais objetivos o estímulo à reflexão sobre esse assunto tão caro à museologia paulista, tanto em caráter histórico, como sob a perspectiva da gestão museológica, porém, pouco explorado pela área acadêmica até pouco tempo atrás. Ademais, anseia despertar em outros colegas, pesquisadores de museus e museologia, o desejo de envolvimento com tais instituições museológicas. E, por fim, foi elaborado na esperança de que seja instrutivo e esclarecedor aos perseverantes profissionais desses museus (AVILA, 2014).

---

<sup>2</sup> Até o momento, encontram-se disponíveis três pesquisas acadêmicas abordando o tema, realizadas por Ana Carolina Xavier Avila, Simona Misan e Luiz Fernando Mizukami. Tais documentos seguem referenciados na bibliografia do presente artigo.

## Sobre a construção dos Museus Históricos e Pedagógicos

O caso dos Museus Históricos e Pedagógicos trata-se de um episódio muito particular do estado de São Paulo, sendo este bem conhecido pelos profissionais de Museologia que atuam pelo interior, litoral e capital. No entanto, aos colegas oriundos de outros estados do país, faz-se importante a apresentação de um breve histórico sobre a trajetória de criação e implantação dessa rede de museus. Então, vamos lá!

Em um momento que a existência de museus ainda se fazia escassa no contexto brasileiro, com aproximadamente 131 instituições museológicas espalhadas por nosso território, segundo registros do ano de 1952 (Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p.20), o Governo do Estado de São Paulo empreendeu projeto cultural de grande envergadura, culminando na criação e implantação da primeira rede de museus do país, sendo esta implementada ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. Tal conjunto de museus recebeu a denominação de Rede de Museus Históricos e Pedagógicos.

No transcurso de 17 anos de criação destes museus (1956 a 1973) foram constituídas 79 instituições, organizadas na Rede de Museus Históricos e Pedagógicos. Destas instituições formadas, 57 foram de fato instaladas e, anos mais tarde, em 1994, 25 foram extintas por ato legal, tendo em vista que nunca foram, de fato, implantadas ou, tendo conseguido sua implantação, não obtiveram o desenvolvimento necessário e, com isso, encerraram suas atividades. Hoje, podemos dizer que é formada por 52 instituições museológicas<sup>3</sup>, distribuídas em 52 municípios, dispersas nas 16 regiões administrativas do estado. Destas instituições, há o prognóstico de gradual municipalização<sup>4</sup> de 50 delas.

Regressando ao início dos Museus Históricos e Pedagógicos, a formação de tal rede remonta à década de 1950, mais precisamente, ao ano de 1956, quando o então diretor-geral do Departamento de Educação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Sólton Borges dos Reis, propôs a criação dos primeiros quatro MHPs ao secretário Vicente de Paula Lima, sendo tais instituições museológicas o MHP Prudente de Moraes (Piracicaba), MHP Campos Salles (Campinas), MHP Conselheiro Rodrigues Alves (Guaratinguetá) e MHP Washington Luis (Batatais). A proposição de tais instituições figurou mais uma medida, no campo cultural e educacional, de reafirmação da importância do estado de São Paulo no processo de instauração da República no país.

Já no ano de 1957, Sólton Borges dos Reis convida Vinício Stein Campos<sup>5</sup> para comandar o Serviço de Museus Históricos<sup>6</sup>, subordinado à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, delegando a ele a responsabilidade de implantação e gestão dos Museus Históricos e

---

<sup>3</sup> Este número se refere aos museus em que, atualmente, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo tem conhecimento de sua implantação e funcionamento. Cabe ressaltar que, entre elas, duas não serão municipalizadas (Museu Casa de Portinari e Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuêre). Para além desses 52 museus, outras 5 instituições nunca foram instaladas ou se encontram desativadas há muitos anos e, por fim, possuem proposta de extinção.

<sup>4</sup> Termo entendido como o processo de transferência de tutela e responsabilidades de gestão dos acervos estaduais aos municípios do interior do estado de São Paulo (AVILA, 2014).

<sup>5</sup> Vinício Stein Campos (1907–1990), natural de Capivari, SP. Formado em Pedagogia (1932) em Santa Bárbara d'Oeste, onde lançou o seminário O Constitucionalista. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) (1952-1990). Conselheiro do CONDEPHAAT entre os anos de 1967 e 1975. Diretor da Serviço de Museus Históricos, até o ano de 1974. Aposentou-se no ano de 1979.

<sup>6</sup> Oficialmente, o Serviço de Museus Históricos foi constituído, a título precário, no ano de 1963, entretanto, já era mencionado em decretos estaduais anteriores a esta data.

Pedagógicos. Tais instituições, ao longo dos anos, migraram por diversas secretarias de estado; em 1968, ocorre a primeira transição, sendo o Serviço de Museus Históricos transferido à recém-criada Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo<sup>7</sup>. Em 1974, há a dissolução do Serviço de Museus Históricos e a criação da Divisão de Museus no âmbito da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo<sup>8</sup>. Pouco depois, em 1976, ocorre a transferência da Divisão de Museus para a também recém instituída Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia<sup>9</sup>. Finalmente, em 1979, cria-se a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, independente de outras pastas, sendo os Museus Históricos e Pedagógicos legados à sua tutela. Posteriormente, em 1983, passam ao Departamento de Atividades Regionais da Cultura (DERC – SEC), filiado à Secretaria de Estado da Cultura e, já em 1986, tais museus migram à subordinação do Departamento de Museus e Arquivos (DEMA-SEC) e passam a integrar o Sistema de Museus do Estado de São Paulo.

Nos primeiros dois anos de sua gestão, Vinício Stein Campos seguiu autorizando a instalação de mais 25 novos Museus Históricos e Pedagógicos, fato que sugere a relevância dessa proposta tipológica de museus e a aceitação governamental que obteve. Visando à organização dessas instituições museológicas, no ano de 1957, publica o Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos, formalizado pelo Ato nº 19, de 30 de abril do referido ano. Pouco depois, nasce o conceito da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos.

Diferentemente do planejado de início por Sólton Borges dos Reis, por meio do Decreto nº 33.980, de 19 de novembro de 1958, Stein propôs uma classificação dos MHPs já existentes, criou outros e organizou a “rede de museus”, incorporando a ela até mesmo os primeiros quatro museus criados por Borges, os quais não se pretendia instituir em rede. Sabe-se que a menção do termo “rede” é anterior ao Decreto nº 33.980, tendo surgido, pela primeira vez, nos “considerandos” do Decreto nº 32.392, de 11 de agosto de 1958, que instituiu o Museu Militar. No entanto, a caracterização deste grupo de museus em uma “rede” se tornou tangível apenas com o Decreto nº 33.980/58. (AVILA, 2014, p. 35)

O processo de classificação instituído por Stein aos MHPs se baseou na subdivisão deles em três períodos históricos básicos: Colonial, Monárquico e Republicano. Tal organização, assim como outras decisões do gestor sobre estes museus, apresentava linha de raciocínio comum à aplicada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), do qual Stein participava ativamente, com o referenciamento de uma “visão integrada da história”, por meio da formação de acervo e vasta produção documental que versassem sobre a história do País pelo viés da participação Paulista em sua formação e desenvolvimento.

Faz-se importante observar que Stein adotou como método de consagração de personagens históricos a nomeação de um patrono para cada MHP criado, o qual, sob seu julgamento, necessitasse ser reverenciado e rememorado pela população, com o intuito de “preservar a história do patrono e da cidade” (Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos, 1957). Em linhas gerais, tais patronos eram figuras proeminentes no cenário político brasileiro ou estadual; em alguns casos, participaram da fundação ou do desenvolvimento sociopolítico das cidades onde os museus eram instalados. Contudo, não raramente, elegeu como patronos para esses museus personalidades que nunca tinham pisado na cidade onde os MHPs foram criados, ou que por lá passaram brevemente, sem criar vínculo algum com a população do local, ou impactá-

<sup>7</sup> Secretaria estabelecida pelo Decreto nº 49,165, de 29 de dezembro de 1967.

<sup>8</sup> Ato efetivado pelo Decreto nº 4.093, de 26 de julho de 1974.

<sup>9</sup> Criada pelo Decreto nº 5.929, de 15 de março de 1975.

lo de alguma forma. Essa contradição, em vários casos, resultou em um afastamento entre a comunidade local e seu museu, considerando que o patrono designado e, conseqüentemente, o discurso museológico adotado, não condiziam com a realidade histórica da população local.

Stein seguiu criando novas unidades museológicas, integrantes da Rede de Museus Históricos e Pedagógico de São Paulo até o ano de 1973, quando inicia gradual afastamento de suas atividades de gestão junto a estas instituições em decorrência das alterações organizacionais e migração da gestão desses museus para a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia.

## Municipalização e suas complicações

Pouco tempo após a criação da última unidade museológica da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos<sup>10</sup>, fazia-se notório o problema de gestão pública criado por essa proliferação museológica descompassada, sem o devido planejamento de gestão a longo prazo e debilidade das estruturas teóricas museológicas, capazes de tornarem tais instituições de fato relevantes à sociedade. Neste contexto, no âmbito da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, nasce o Grupo Técnico de Museus, coordenado por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri<sup>11</sup> que, entre os anos de 1976 e 1977, dedicou-se a um abrangente diagnóstico sobre a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, levantando suas fragilidades e potencialidades pelo viés técnico e administrativo. Frutificam deste período diversos textos técnicos sobre tais instituições e as políticas públicas museológicas do estado de São Paulo, culminando na dissertação<sup>12</sup> de mestrado da autora, datada de 1977. Neste período, a autora sugere em um de seus excertos técnicos:

### DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS NO CAMPO DA CULTURA:

[...] 3. Revisão de todo o conjunto de Museus Oficinas do Estado, visando:

3.2 À criação ou transformação de alguns museus municipais em Museus Regionais, sob a tutela e manutenção do Estado.

3.3 À entrega, aos municípios que possam sustentá-los e dinamizá-los, dos museus chamados "históricos e pedagógicos" que constituam, realmente, museus municipais, aos quais o Estado deverá, entretanto, prestar efetiva assistência técnica permanente.

3.4 À devolução à rede escolar e, portanto, à Secretaria de Educação dos museus chamados "históricos e pedagógicos" que se verifique constituírem museus ESCOLARES, ou seja, de mera complementação pedagógica ao ensino formal (aos quais, entretanto, poder-se-á prestar assistência técnica) (GUARNIERI, 1976, p.62).

<sup>10</sup> Museu Histórico e Pedagógico "Comendador Virgolino de Oliveira", na cidade de Itapira-SP.

<sup>11</sup> Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1935–1990). Museóloga e professora, graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ingressou no serviço público estadual e, dentre suas múltiplas atividades docentes e administrativas, estabeleceu contato com a área cultural, em especial com o universo museológico. Auxiliou a estruturação do Museu de Arte Sacra e do Museu da Casa Brasileira, entre outros. Especializou-se com mestrado e doutorado na área de museologia, disciplina em que foi uma das pioneiras no Brasil. A museologia e o patrimônio cultural foram suas áreas de atuação privilegiadas. À frente da luta pela regulamentação da profissão de museólogo, foi fundadora dos principais órgãos reguladores e de apoio à nova categoria de profissionais. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/175>>. Acesso em: 9/4/2014.

<sup>12</sup> Dissertação intitulada: *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*, 1977.

Guarnieri evidencia sua opinião sobre a essência dos MHPs: alguns se tornaram, ao longo dos anos, museus histórico-municipais, museus de cidade <sup>13</sup> ; portanto, deveriam ser municipalizados, a saber, ter a tutela de seus acervos, até então pertencente ao Estado, transferida aos municípios. Por outro lado, também observa, entre eles, “museus escolares” (de mera complementação do currículo escolar); sendo assim, estes deveriam ser restituídos à sua pasta mãe, a Secretaria de Educação. Neste ínterim, nascem os primeiros conceitos para a formação do Sistema de Museus do estado de São Paulo:

Neste contexto, torna-se interessante retomar as informações de Waldisa Rússio, em texto concebido no ano de 1976, intitulado *Algumas considerações sobre uma política cultural para o Estado de São Paulo*, quando já nesse período aponta saídas de gestão à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, propondo o que pode ser entendido como o embrião do Sistema Estadual de Museus. Essa autora partiu da observação de que parte destes museus deveria retornar aos municípios (municipalização) que possuíssem meios de sustentá-los e dinamizá-los, devendo o Estado prover assessoramento técnico permanente a essas instituições; da mesma forma, sugere que alguns desses museus tornem-se de caráter regional, sendo tutelados pelo Estado, e menciona a “sistematização (ainda inexistente) da chamada ‘rede’ de museus do Estado”. (AVILA, 2014, p. 164).

Anos mais tarde, após a organização da Secretaria de Estado da Cultura, em 1979, durante a gestão do secretário Cunha Bueno, copiosas denúncias sobre o estado de abandono em relação aos museus do interior começaram chegar à referida pasta, por meio dos prefeitos e representantes dos municípios. Considerando a gravidade da situação e o desconforto político gerado, Cunha Bueno idealizou o que chamou de *Comissão de Dinamização de Museus*, que ficaria responsável por desenvolver um trabalho técnico que apoiasse as instituições museológicas do Estado. Para a constituição desta comissão, a princípio foram convidadas Maria Ignez Zuccon Mantovani Franco<sup>14</sup> e Sonia Guarita<sup>15</sup>, alunas da primeira turma do Curso de Museologia de São Paulo, liderado pela professora Waldisa Rússio Camargo Guarnieri.

Entre os anos de 1980 e 1982, a *Comissão de Dinamização de Museus* deu início ao reconhecimento da situação dos museus no Estado, concebendo calendários de programações anuais para os museus do interior, empreendendo séries de visitas técnicas, realização de diagnósticos, assessoramento técnico, promoveu cursos de capacitação, seminários e oficinas com profissionais reconhecidos no âmbito do teatro, cinema e patrimônio. Como resultado, tais profissionais chegaram à mesma conclusão de sua antecessora, Waldisa Rússio, sendo que se fazia inviável, e sem sentido, a gestão direta de todas estas instituições museológicas pelo poder

---

<sup>13</sup> Segundo Ulpiano T. Bezerra de Meneses, “o museu de cidade deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no seu presente), fruí-la, discuti-la, prever seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ela e agir em consequência” (MENESES, 2003, p. 260).

<sup>14</sup> Museóloga. Graduada em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado e doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. É a atual presidente do Conselho de Administração do ICOM Brasil (2012-2015), vice-presidente e representante para a América Latina do Comitê Internacional de Museus de Cidade do ICOM e diretora-fundadora da empresa Expomus. Atuou como técnica na Comissão de Dinamização de Museus da Secretaria de Estado da Cultura no início da década de 1980.

<sup>15</sup> Sonia Helena Guarita do Amaral. Museóloga e historiadora, integrou o Grupo de Dinamização de Museus na Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo na década de 1980. Apoiou na estruturação inicial do Sistema de Museus do Estado de São Paulo e, posteriormente, na criação do Sistema Brasileiro de Museus. Foi presidente do Conselho de Administração do Instituto Bardi/Casa de Vidro até o ano de 2019, data de seu falecimento.

estadual. Na ocasião, fazia-se nítida a debilidade de gestão desses museus por parte do Estado. Não havia proximidade, não havia recursos humanos, não havia recursos financeiros e, além de tudo, tais acervos, em sua maioria, eram de caráter eminentemente municipal; não diziam respeito, de fato, à história do Estado de São Paulo, mas às histórias locais. “Manter tais instituições atreladas, na gestão direta, ao governo do Estado seria, no mínimo, contraproducente” (AVILA, 2014). Neste momento, a ideia do Sistema de Museus do Estado de São Paulo começa a ganhar forma.

Basicamente, tínhamos uma grande expectativa de que os museus assumissem uma maior autonomia, e nós vimos, com muita clareza, que a solução de municipalização era uma alternativa jurídica, porque de alguma forma também, no plano da cidade, o fato da prefeitura e de outros órgãos municipais se apoderarem do museu, neste sentido, era muito bom. [...] **Então, a ideia da municipalização era potencializar estes museus e criar uma sinergia verdadeira, não um patrono, entende?** A ideia do patrono, para nós, era uma coisa completamente absurda. [...] Acho que nós temos que entender este contexto, quando Vinício deu estes nomes aos museus; mas, naquele momento, achamos que tínhamos que dar um passo além, não é porque ele pensou desta forma que a gente teria que continuar com esta fidelização ao patrono. (FRANCO, 2014. Grifo da autora).

Por outro lado, nós também sabíamos que não poderíamos largá-los (**falando sobre a municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos**): “Municipalizar e até logo!” Então, achamos que a figura do Estado estaria muito mais no sentido de orientação [...], e aí veio a ideia do Sistema de Museus. **A ideia de trabalhar o sistema era, exatamente, criar duas competências: uma que seria um equilíbrio político, para dar suporte a tudo isto, e outra, oferecer arcabouço técnico.** Nós tínhamos uma ideia, naquele momento, que o sistema poderia ser uma grande troca técnica. Então, o que significa isto? Museus que tinham um desenvolvimento maior (por exemplo, o museu de Araraquara), eles poderiam articular, fazer cursos regionais, fazer coisas por aí. Por outro lado, pensávamos não só no interior, mas na capital também. Por exemplo, a Pinacoteca tinha um laboratório de restauro de pintura, vamos imaginar, ele poderia fazer trabalhos para os outros museus, poderia fomentar [...]. A ideia é que este “know-how” pudesse ser intercambiado e isto, não necessariamente, só com os museus da secretaria; por isto que foi concebido um sistema mais amplo (FRANCO, 2014. Grifo da autora). [informação verbal].<sup>16</sup>

Alguns anos adiante, em 1986, como fruto das reflexões sobre a gestão da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, por meio do Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro, foi criado o Sistema de Museus do Estado de São Paulo, tendo como um de seus objetivos “promover a adoção de medidas visando à gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado”, sendo este o primeiro marco legal versando sobre a municipalização dos MHPs. Já em 1989, a primeira ação concreta para o início das atividades de municipalização foi descrita por Beatriz Cruz, em artigo concebido para o Boletim de Museus do DEMA, publicado posteriormente em 1990, consistindo em uma pesquisa conjuntural profunda sobre estas instituições, subdividida em dois eixos: pesquisa de gabinete e pesquisa de campo.

O primeiro, constituiu-se no levantamento de documentos, relatórios, diagnósticos, inventários de acervo e outras ferramentas que esclarecessem a situação dos museus no que se refere ao imóvel, *status* jurídico-administrativo, origem dos funcionários e situação do acervo. Em sequência, com esses dados organizados, passou-se ao segundo eixo, a pesquisa de campo, para aferição das informações previamente levantadas. Por fim, deu-se início à terceira fase do

---

<sup>16</sup> Entrevista fornecida por Maria Ignez Mantovani Franco em São Paulo, 2014.

processo, a consulta a cada município sobre o interesse em receber a instituição (acervo) em doação. Os prefeitos de cada município sede de um MHP foram chamados e indagados sobre o desejo, ou não, de receber tais coleções em doação. Apenas com a concordância expressa do município é que seriam, então, municipalizados os museus (CRUZ, 1990, pp. 11-12).

A partir das informações levantadas sobre essas instituições museológicas, quatro anos mais tarde, são promulgados o Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, que autorizava a celebração de convênio visando à transferência da administração dos museus para os municípios, e o Decreto nº 39.395, de 19 de outubro de 1994, que alterava o anexo II do Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994, fazendo modificações na listagem de museus a municipalizar. Cabe salientar que, concomitantemente aos estudos das instituições a municipalizar, fazia-se também uma análise sobre os museus criados no âmbito da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos que, por não terem sido instalados, ou permanecerem fechados por muitos anos, seriam extintos, sendo tal listagem, composta por 25 instituições museológicas, registrada no Anexo III do Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994. Durante este período, segundo relatório de atividades do Sistema de Museus, concebido em 2006, apenas quatro MHPs conseguiram concluir o processo de municipalização, sendo eles: Museu Histórico e Pedagógico “Morgado de Mateus” (Bauru), Museu Histórico e Pedagógico “Francisco Blasi” (Botucatu), Museu Histórico e Pedagógico “Das Monções” (Porto Feliz) e Museu Histórico e Pedagógico “Marques de Três Rios” (Mococa). Entre 1994 e 1998, mais cinco instituições pleitearam o início do processo de municipalização, no entanto, não alcançaram êxito em sua conclusão.

Por fim, em 1998, a tramitação dos processos de municipalização foi interrompida. Sobre tal fato, não há respostas governamentais oficiais, no entanto, ex-integrantes das equipes responsáveis por tal tarefa, em entrevistas fornecidas à presente autora, à época de sua pesquisa de mestrado, levantaram algumas hipóteses. Em síntese, primeiramente pesou as condições políticas desfavoráveis à doação desses acervos aos municípios, sendo que vários deles procuraram o Ministério Público, alegando que o governo do estado estaria se esquivando de suas obrigações legais de gestão. Em segundo lugar, os Decretos de municipalização mencionavam a doação dos acervos mediante estabelecimento de convênio entre municípios e o estado, o que implicaria no repasse direto de verbas estaduais a essas prefeituras. Após a publicação do primeiro decreto, vários convênios foram assinados, mas nenhum levado a termo, em virtude da mudança de intenções do governo Covas, desistindo dessa estratégia e engavetando os processos. Depois desse retrocesso processual, Beatriz Cruz<sup>17</sup> relembra:

A partir disto, a situação ficou no limbo. E esta situação persistiu. A cada dois anos, nós fazíamos tudo, deixávamos tudo pronto para celebrar os convênios e, então, mudava o governador. Assim, tínhamos que esperar que o novo governador decidisse se ele queria, ou não, as municipalizações e, em cima disto, tínhamos que consultar os prefeitos, se tinham o interesse, ou não [...] ficou esta “bola de neve”, até que editamos o segundo decreto (CRUZ, 2014) [informação verbal].<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Geógrafa e Museóloga. Atual diretora do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico (CAIC) do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Durante sua carreira na Secretaria da Cultura, atuou como museóloga do Museu da Casa Brasileira, técnica (a partir de 1988) e, posteriormente, diretora técnica no antigo Departamento de Museus e Arquivos. Junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenou o levantamento do acervo histórico do Parque Fernando Costa. Atualmente, dirige o setor de Museologia do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

<sup>18</sup> Entrevista fornecida por Beatriz Cruz em São Paulo, 2014.

Entre os anos de 1999 e 2000, os preparativos para a doação dos acervos estaduais foram retomados. Mais uma vez, assim como realizado nos anos de 1980 e 1990, toda a documentação sobre os Museus Históricos e Pedagógicos foi levantada e novas consultas foram feitas aos prefeitos dos municípios que possuíam equipamentos dessa Rede e, novamente, conceberam-se estudos sobre quais instituições permaneceriam vinculadas à Secretaria de Estado da Cultura e ao ordenamento de instituições com prioridade de municipalização. Por fim, no dia 3 de março de 2000, foi promulgado o Decreto nº 44.735, autorizando a doação, a municípios paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo. Assim como nos decretos de 1994, tal normativa trazia uma listagem anexa contendo as instituições que estariam autorizadas a receber os acervos estaduais em doação. Na ocasião, 41 instituições museológicas foram elencadas.

Nesta tentativa, faz-se importante observar que o novo dispositivo legal já não mencionava o estabelecimento de convênio entre estado e municípios, dessa forma, não haveria o repasse de verbas às prefeituras locais. O que se garantia aos municípios, naquele momento, é que receberiam apoio do Sistema de Museus do Estado e assessoramento técnico. Com a descomplexificação do processo de doação dos acervos estaduais, que já não exigia a realização de convênios, as municipalizações ganharam celeridade. Apenas em 2000, mais 16 instituições concluíram o processo de municipalização. Em 2001, somando-se a estas, outras 12 e, por fim, em 2002, mais um processo foi finalizado. Até este momento, dos 41 integrantes da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos com previsão de municipalização, 33 já haviam completado o processo.

Até o ano de 2004, os processos de municipalização caminhavam de forma muito satisfatória, no entanto, no mês de maio do referido ano, novos questionamentos surgiram em relação aos processos e, dessa vez, de cunho legal. Na ocasião da tramitação de doação do acervo pertencente ao MHP “Dr. Costa Júnior”, situado no município de Cachoeira Paulista (processo SC 0680/2004), a Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura manifestou dúvida, baseada no Parecer PA nº 104/2004, encaminhado por solicitação do procurador-geral do Estado à pasta da Cultura, por tratar, também, de assuntos que lhe cabiam. O texto se tratava de parecer solicitado à Procuradoria-Geral do Estado pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento sobre a aplicabilidade, ou não, do artigo 272 da Constituição Estadual referente à alienação de animais do Instituto de Zootecnia, integrante da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

Após tomar conhecimento do referido parecer, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Cultura passou a questionar, também, sobre a aplicabilidade, ou não, do artigo 272 da Constituição Estadual referente ao processo de doação dos acervos museológicos estaduais. Essa interrogação foi expressa no Parecer CJ/SC 249/2004, relativo à doação do acervo estadual ao município de Cachoeira Paulista. O artigo supracitado dispõe:

**Artigo 272** - O patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica à doação de equipamentos e insumos para a pesquisa, quando feita por entidade pública de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, para outra entidade pública da área de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia (Constituição do Estado de São Paulo).

Passadas as análises jurídicas necessárias, dentro e fora da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, com parecer final da Procuradoria-Geral do Estado alegando que a norma do artigo 272 era clara, considerando que os acervos dos museus do Estado, em caso de alienação ou transferência, também estariam sujeitos à prévia audiência da comunidade científica e aprovação do Poder Legislativo, de acordo com a Lei Estadual nº 9.475, de 30 de dezembro de 1996, mais uma vez, a tramitação das municipalizações foi interrompida, até que os vícios processuais fossem sanados.

Finalmente, no ano de 2008, em obediência às exigências legais supracitadas, foi promulgada a primeira lei em relação à doação dos acervos estaduais aos municípios do interior, sendo que tal dispositivo, a Lei nº 13.209, de 29 de setembro de 2008, que autoriza a doação dos acervos dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, também retroagia a 3 de março de 2000, data da promulgação do Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000, o que permitia que as doações anteriores não fossem anuladas, mas apenas regularizadas, seguindo os ritos exigidos no artigo 272 da Constituição Estadual. Neste momento, mais uma vez, foram retomadas as tratativas junto aos municípios, para averiguação de interesse e levantamento documental para continuidades dos processos de doação dos acervos estaduais.

Concluindo a saga legal das municipalizações, no ano de 2016, foi promulgado o último dispositivo legal visando o apoio às doações dos acervos pertencentes aos MHPs aos municípios, sendo ele o Decreto nº 61.906, de 04 de abril de 2016, que autoriza a doação dos acervos de museus estaduais aos municípios onde se localizem, visando abarcar as instituições museológicas que não haviam sido mencionadas no anexo do Decreto nº 44.735, de 3 de março de 2000, ao qual a Lei nº 13.209, de 29 de setembro de 2008 retroagia.

Hoje, 35 anos após a publicação do primeiro ato legal sobre as municipalizações dos Museus Históricos e Pedagógicos, o Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986, que criou o Sistema de Museus do Estado de São Paulo<sup>19</sup>, após todas as idas e vindas legais e políticas desse processo, a Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa de São Paulo, por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) e apoio do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, atingiu a conclusão do processo de municipalização de 16 unidades museológicas nascidas sob a égide da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, sendo elas:

**Quadro 1 - Municipalizações concluídas até o ano de 2021**

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	PROCESSO/PUBLICAÇÃO
<b>Araçatuba</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Marechal Rondon"	Abertura do processo SC 1291/00 Publicação no DOE: 04/08/2017
<b>Araraquara</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria"	Abertura do processo SC 1190/00 – Atualizado para SC 62778/2013 Publicação no DOE: 16/04/2015
<b>Avaré</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Saldanha Marinho" (Anita Ferreira de Maria)	Abertura do processo SC 1122/00 Publicação no DOE: 05/05/2016
<b>Batatais</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"	Abertura do processo SC 1122/00 - Atualizado para SC 33818/2013 Publicação no DOE: 25/04/2015
<b>Capivari</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Cesário Motta Júnior"	Abertura do processo SC 1186/00 Publicação no DOE: 22/05/2014

<sup>19</sup> Após 25 anos de atuação, o Sistema de Museus do Estado de São Paulo passou pela primeira grande reformulação, assumindo nova nomenclatura: Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), por meio do Decreto nº 57.035, de 2 de junho de 2011.

<b>Casa Branca</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Taunay e Afonso de Taunay"	Abertura do processo SC 1257/00 – Atualizado para SC 126414/2013 Publicação no DOE: 26/03/2015
<b>Limeira</b>	Museu Histórico "Major José Levy Sobrinho"	Abertura do processo SC 1049/00 Publicação no DOE: 04/07/2020
<b>Itápolis</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Alexandre de Gusmão"	Abertura do processo SC 1496/00 Publicação no DOE: 04/05/2016
<b>Monte Mor</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Carlos de Campos" (Museu Municipal Elizabeth Aytai)	Abertura do processo SC 0665/01 Publicação no DOE: 27/07/2019
<b>Orlândia</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Lucas Monteiro de Barros"	Abertura do processo SC 1490/01 – Atualizado para SC 61995/2013 Publicação no DOE: 25/04/2015
<b>Penápolis</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Fernão Dias Pais"	Abertura do processo SC 0132/01 Publicação no DOE: 14/04/2016
<b>Pindamonhangaba</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Dom Pedro I e Dona Leopoldina"	Abertura do processo SC 1628/01 - Atualizado para SC 1293/2010 Publicação no DOE: 14/04/2015
<b>Piracicaba</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes"	Abertura do processo SC 122553/09 (Doação do acervo) - SC 78454/2010 (TPU prédio) Publicação no DOE: 15/12/2017
<b>Porto Ferreira</b>	Museu Histórico e Pedagógico "Professor Lourenço Filho"	Abertura do processo SC 0818/01 Publicação no DOE: 13/01/2016
<b>São José do Rio Pardo</b>	Casa de Cultura Euclides da Cunha	Abertura do processo SC 0781/01 Publicação no DOE: 25/03/2015
<b>Taubaté</b>	Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Monteiro Lobato"	Abertura do processo SC 13702/10 - Atualizado para SC Nº 122544/2009 (Doação do acervo) - SC 1490/2009 Atualizado para SC 122544/2009 (TPU prédio) Publicação no DOE: 10/04/2013

Neste sentido, podemos mencionar também mais 5 instituições que se encontram em fase intermediária do processo, tendo realizado a audiência pública junto à comunidade local para aceite da doação dos acervos estaduais a seus municípios, pendendo, ainda, a assinatura do termo final de doação. São elas: Museu Histórico e Pedagógico "Francisco Blasi", em Botucatu; Museu Histórico e Pedagógico "Comendador Virgolino de Oliveira", em Itapira; Museu Histórico e Pedagógico "Marques de Três Rios", em Mococa; Museu Histórico e Pedagógico "Presidente João Teodoro Xavier", em Mogi Mirim e, por fim, a Casa de Cultura "Paulo Setúbal", no município de Tatuí.

Muito há que se refletir sobre essa longa trajetória, ainda inacabada, da municipalização dessas instituições museológicas, assim como seus impactos na construção das políticas públicas museológicas do Estado de São Paulo. No entanto, adiante trataremos de alguns pontos cruciais para o entendimento de tal percurso, repercussões esperadas e primeiros resultados alcançados.

## Sobre a Roda de Conversa com os Museus Históricos e Pedagógicos e a necessidade de redefinir esses novos museus de cidade

Fato muito interessante a se observar sobre a Roda de Conversa com os Museus Históricos e Pedagógicos foi o seu alcance. O número de inscritos e participantes presentes surpreendeu a equipe do SISEM-SP e seus convidados. Ponto muito significativo a salientar, trata-se da alta

adesão dos Museus Históricos e Pedagógicos ao evento, sendo que 53% destas instituições, consideradas ativas pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), participaram da programação. Tendo em vista a dificuldade de comunicação com várias delas durante a produção do evento, em virtude da fase emergencial do Plano São Paulo (combate à pandemia), ocasionando novo fechamento das instituições, tal taxa de participação se fez muito positiva. E isso quer dizer o quê? Quer dizer que ainda há, sim, interesse pelos Museus Históricos e Pedagógicos.

A construção conceitual do evento, para além de objetivar o contato de rearticulação com essas instituições, priorizou a escuta de seus profissionais, tão fortemente atingidos pelas repercussões da pandemia, fomentando a troca de experiências entre tais equipes, de forma a incentivar, reanimar tais profissionais para a retomada nas atividades museológicas em seus museus. Tal encontro também trouxe em seu escopo a expectativa de compartilhar com funcionários e gestores dos MHPs a importância vital dessas instituições para a construção das políticas públicas museológicas do estado de São Paulo e seu papel fundamental na salvaguarda do patrimônio cultural paulista localizado no interior. Afinal, se os Museus Históricos e Pedagógicos não existissem, o que teria sido preservado do patrimônio cultural material e imaterial das cidades paulistas? Mesmo considerando as dificuldades de gestão dessas instituições, sua fragilidade técnica, os equívocos conceituais ocorridos em seus primeiros anos de implantação e, até mesmo, os grandes problemas de gestão pública que causaram, faz-se inegável seu papel primordial na salvaguarda dos acervos paulistas e na promoção de acesso a equipamentos museológicos nas regiões mais distantes do estado.

A escolha dos palestrantes e demais convidados que trariam reflexões às equipes dos MHPs também foi cuidadosamente estudada, de forma que apenas profissionais com ampla participação na trajetória dessas instituições e conhecimentos muito específicos sobre elas pudessem contribuir para ampliação do repertório das equipes hoje atuantes na Rede de Museus Históricos e Pedagógicos. Neste sentido, o convite à palestra principal, feito à museóloga Maria Ignez Mantovani Franco, ex-integrante do grupo de Dinamização de Museus, atuante no início da década de 1980 junto aos MHPs, não poderia ter sido mais acertada.

Como dito anteriormente, o grupo de Dinamização de Museus nasce no início dos anos de 1980, logo após a formação, de fato, da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, finalmente independente de outras pastas. A formação de tal equipe de Dinamização de Museus, capitaneada por Maria Ignez e Sônia Guarita, se fazia necessária em virtude da adversidade que este grande grupo de museus, a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, vinha se tornando à recém-criada Secretaria. Cabe lembrar que os MHPs nasceram na pasta da Educação, dispondo dos recursos financeiros e humanos desta, o que, de certa forma, facilitava sua gestão. No entanto, ao migrarem para a Secretaria de Estado da Cultura, recém-formada, com proporções gritantemente menores que a Educação, essa “herança” recebida de, aproximadamente, 80 museus, espalhados por todo o estado, se fez insustentável. Sendo assim, por iniciativa do Secretário Cunha Bueno, tiveram início as atividades de apoio técnico aos Museus Históricos e Pedagógicos.

Neste período, corroborando com as pesquisas anteriores, realizadas por Waldisa Rússio, no âmbito da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, procedeu-se, mais uma vez, com análises profundas sobre essa rede de museus, suas equipes, sua infraestrutura, seus acervos e suas potencialidades. Aqui, assim como observado por Waldisa Rússio, nos anos de 1976 e 1977, ficou claro que a estrutura, inicialmente pensada para estas instituições por Sólon Borges dos

Reis e Vinício Stein Campos, já não fazia sentido; tornava-se urgente a necessidade de ressignificar estas instituições museológicas, equipando-as para que, de fato, alcançassem relevância social, tomando para si as feições de museus de cidade, e não culto a patronos longínquos. Tornava-se nítido, da mesma forma, que o governo estadual não detinha meios (nem legitimidade) para gerir tais instituições museológicas, sendo estas de caráter eminentemente local em sua maior parte. Daí, a ideia de municipalização desses acervos (doação dos mesmos à municipalidade) e formação de uma estrutura de apoio técnico e operacional perene para essas instituições, em forma de um Sistema de Museus do Estado, ganham contornos reais. Temos aqui os embriões das políticas públicas museológicas que nos apoiam até os dias atuais, nascidas das necessidades e desafios impostos pela Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, que veio a ser a primeira rede de museus do país e fomentadora da formação do primeiro Sistema Estadual de Museus em nosso território. Isso não é pouco!

Maria Ignez Mantovani, já no início de sua fala na Roda de Conversa com os Museus Históricos e Pedagógicos, relembrou o seguinte:

O maior desafio que nós tivemos foi o pensamento primeiro da municipalização desses museus. Eu fico muito feliz quando vejo que, agora, sei lá, 30 ou 35 anos depois, esse caminho ainda é receitado, adequado; esse caminho ainda é o que procuramos otimizar [...]. Em um país que a descontinuidade de gestão administrativa, política é tão acentuada, da melhor forma o estado de São Paulo conseguiu reunir, à frente do SISEM-SP e UPPM, profissionais que sempre zelaram para que essas ideias florescessem e trabalham sistematicamente neste campo, valorizando, é claro, os museus situados na Capital, mas sem esquecer a importância enorme que têm os MHPs nas suas realidades. (FRANCO, 2021)

Ponto muito relevante observado por Franco, é a situação rara ocorrida na gestão museológica de São Paulo que, apesar da morosidade na execução de suas políticas públicas, fugiu à regra de descontinuidade da gestão pública, tendo conseguido manter equipes de trabalho por períodos bem maiores aos 4 anos de cada gestão, alcançando a maturidade de suas equipes e perenidade em suas ações. Possivelmente, boa parte dos resultados positivos alcançados na gestão pública museológica do estado se deve à perenidade de estratégias, mantidas independentemente das alternâncias de governo, por profissionais que, por sua vez, tiveram a oportunidade de desenvolverem seu trabalho a longo prazo. Com isso, não queremos insinuar que o governo do Estado de São Paulo não cometeu erros ou que ofereceu as melhores condições aos profissionais e gestores de museus, mas, minimamente, foi capaz de oferecer condições para a continuidade dos processos de formação de suas políticas públicas.

Avançando em sua explanação, a palestrante também recordou sobre os planos iniciais, na década de 1980, de apoiar aos MHPs para que se transformassem, de fato, em museus de cidade e o quanto tais museus são relevantes na contemporaneidade. São estas instituições, de cunho eminentemente local, quem têm a possibilidade de contato e impacto com as populações, que compreendem profundamente a realidade de seus territórios e, portanto, possuem capacidade de intervir de forma positiva sobre ele, por meio da gestão e difusão do patrimônio cultural. Sobre esse assunto, Franco menciona:

Esse tema (museus de cidade) é um tema mundialmente relevante. Este é o ponto. Se estamos falando do século XXI como o século das cidades, é fundamental que

tenhamos certeza que esses Museus Históricos e Pedagógicos, principalmente como fruto da musealização, estão absolutamente encadeados não só na dinâmica do estado, na dinâmica nacional, mas, também, na dinâmica internacional [...]. Acho que é muito importante vocês se olharem, gestores dos MHPs, como gestores de uma linhagem de museus que hoje são absolutamente contemporâneos no mundo inteiro. Quero dizer isso a vocês para que tenham a sensação de pertencimento. Ninguém está navegando sozinho; estamos todos navegando dentro de conceitos, entendimentos e fluxos museológicos que podem ser conectados e podemos nos inspirar mutuamente nesses diálogos. (FRANCO, 2021)

Por fim, Maria Ignez, reafirma que o processo de ressignificação dos Museus Históricos e Pedagógicos deve primar por trabalhar o passado na dinâmica do presente; olhar o passado com olhos de futuro. Mas o que isso quer dizer? Talvez, descobrir os hiatos da história seja tão importante quanto descobrir os próprios fatos. Onde houve o apagamento de camadas históricas ao longo das décadas de existência dos MHPs? Quais memórias foram silenciadas por essas instituições? É necessário observar o passado e extrair o melhor dele para o futuro. Os museus nos permitem vislumbrar um futuro melhor para toda a sociedade; este é o seu papel primeiro.

Ainda sobre as inúmeras possibilidades de trabalho nos MHPs, forjadas por seu ecletismo e multiplicidade de temas que a trajetória de formação dos seus acervos nos permite, Franco finaliza:

Essa mitigação de fronteira, entre disciplinas e áreas de conhecimento é um exercício que sempre foi possível nos Museus Históricos e Pedagógicos. Então, eu recomendo que vocês não abandonem essa multiplicidade, que vocês gostem desse ecletismo, que vocês vivam esse ecletismo, porque a nossa sociedade é eclética, nós somos ecléticos. (FRANCO, 2021)

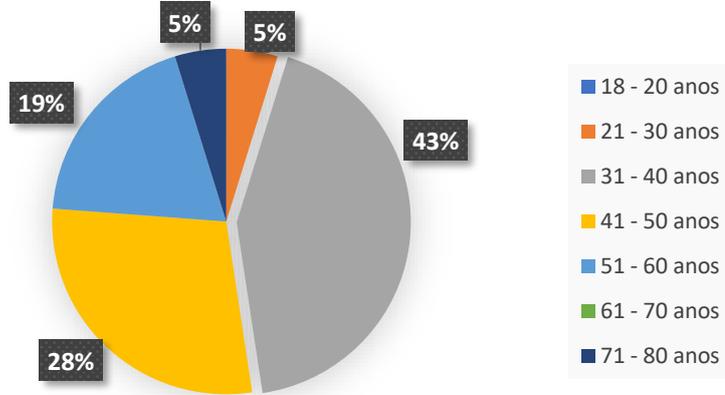
## Resultados da pesquisa sobre Museus Históricos e Pedagógicos: traçando um panorama contemporâneo

A pesquisa sobre os Museus Históricos e Pedagógicos, item muito significativo dentro da construção do evento, teve como objetivo levantar alguns dados atualizados sobre essas instituições museológicas, suas equipes e a forma como se adaptaram à realidade do trabalho remoto, imposta pela pandemia. Dos vinte e seis (26) profissionais respondentes, vinte e um (21) integram o corpo funcional de MHPs, sendo dezesseis (16) MHPs representados neste levantamento de dados. Se analisarmos o número total de funcionários de MHPs participantes no evento, trinta e sete (37) pessoas, equivalendo a 56% do total de participantes, entende-se que a pesquisa obteve 56,7% do montante possível de respostas. Apesar de longe do ideal, tal proporção nos permite esclarecer alguns dados muito relevantes sobre o contexto atual dessas instituições.

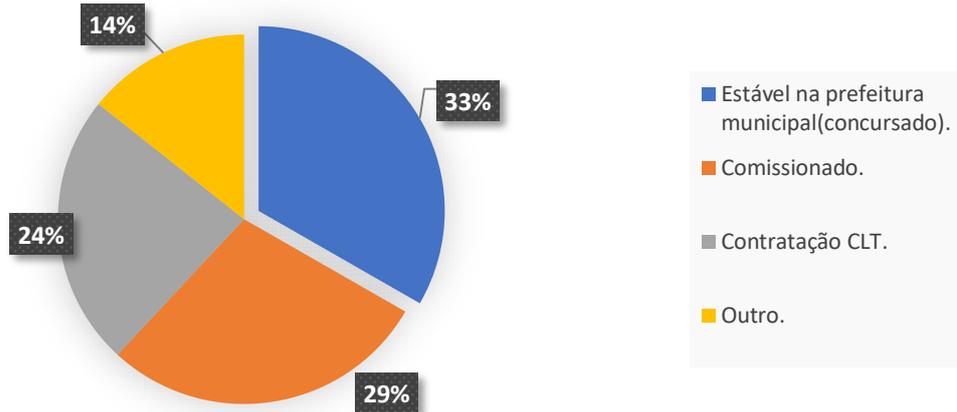
No tocante ao perfil das equipes de trabalho, foi possível observar que 43% dos profissionais de MHPs se encontram na faixa etária dos 31 a 40 anos. Quanto à forma de vinculação às instituições museológicas, 33% dos respondentes da pesquisa se declaram funcionários do

corpo estável das prefeituras locais (concursados) e 29% se trata de profissionais comissionados, sendo apenas contratados via CLT.

**Faixa etária dos profissionais**

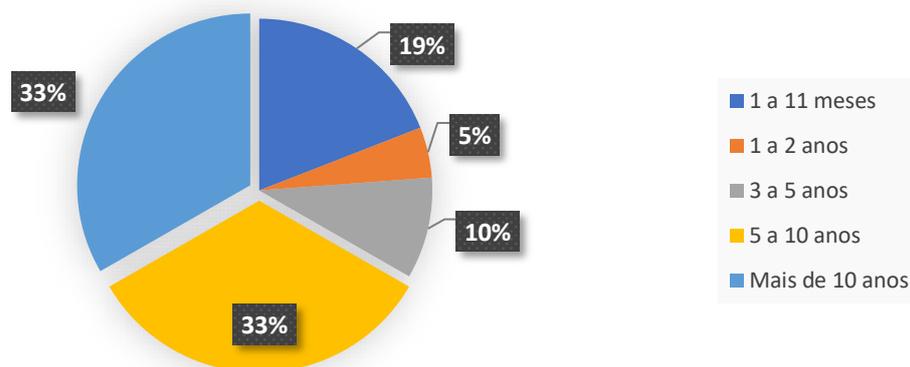


**Vinculação profissional**



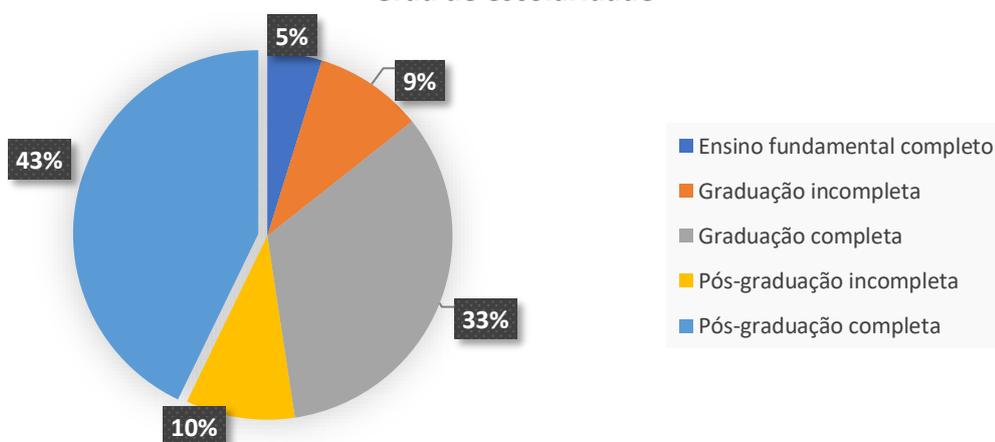
Dado interessante a se observar, trata-se do período que os entrevistados alegam de vinculação com suas instituições, sendo que 66% integram o quadro funcional de sua instituição há mais de 5 anos, o que, a princípio, pode apontar uma diminuição na rotatividade de profissionais nestes museus, fato recorrentemente apontado como uma das principais motivações para a falta de desenvolvimento e qualificação das instituições museológicas pertencentes à Rede de Museus Históricos e Pedagógicos.

### Tempo de vinculação com a instituição



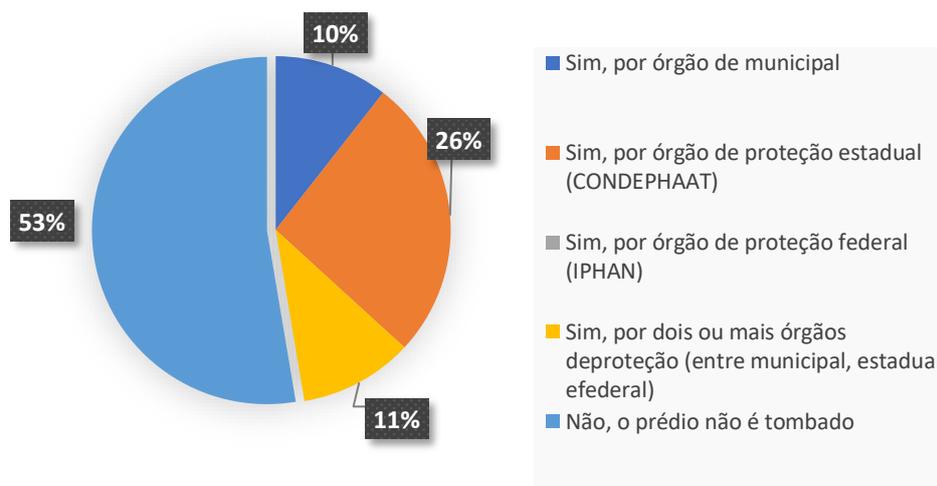
Outro ponto relevante a se observar, versa sobre o nível de instrução desses profissionais, sendo surpreendente a taxa de 43% com formação em cursos de pós-graduação completos e outros 10% com pós-graduação em curso. Chama a atenção, também, a porcentagem de profissionais com graduação completa, alcançando os 33% dos entrevistados. Tais dados denotam uma possível mudança de perfil dos profissionais atuantes nos Museus Históricos e Pedagógicos, com um significativo aumento em seu nível de instrução. Cabe salientar que, claramente, tal aumento se deve, também, à expansão na oferta de cursos de graduação e pós-graduação no estado de São Paulo ao longo da última década.

### Grau de escolaridade

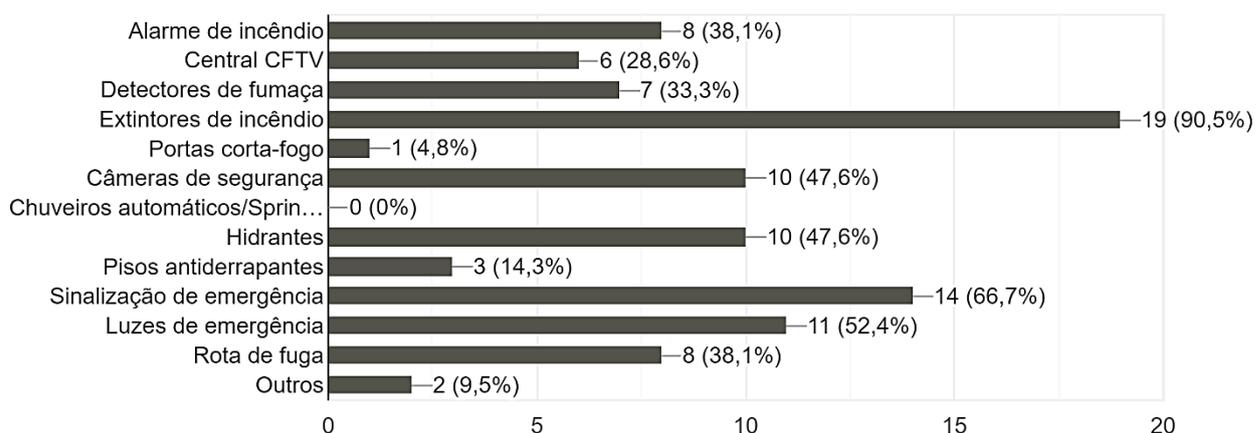


Mudando a óptica de análise, em relação aos prédios que abrigam esses museus, constatou-se que 71% pertencem à municipalidade e 23,8% figuram prédios estaduais, sendo estes últimos, nos processos de municipalização, o que requererão, possivelmente, o provimento de Termo de Permissão de Uso (TPU) ou doação em favor aos municípios, para que se garanta que tais instituições museológicas possuam edifícios sede regularizados quanto à sua administração e demais responsabilidades decorrentes dessa. Fato interessante a notar sobre tais prédios, trata-se de sua subordinação a dispositivos legais de proteção específicos (tombamento); observar-se de 28,6% possui ato de tombamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT), e 14,3% de tais edificações são tombadas em mais de uma instância de proteção.

## O prédio sede da instituição é tombado por algum órgão de proteção?

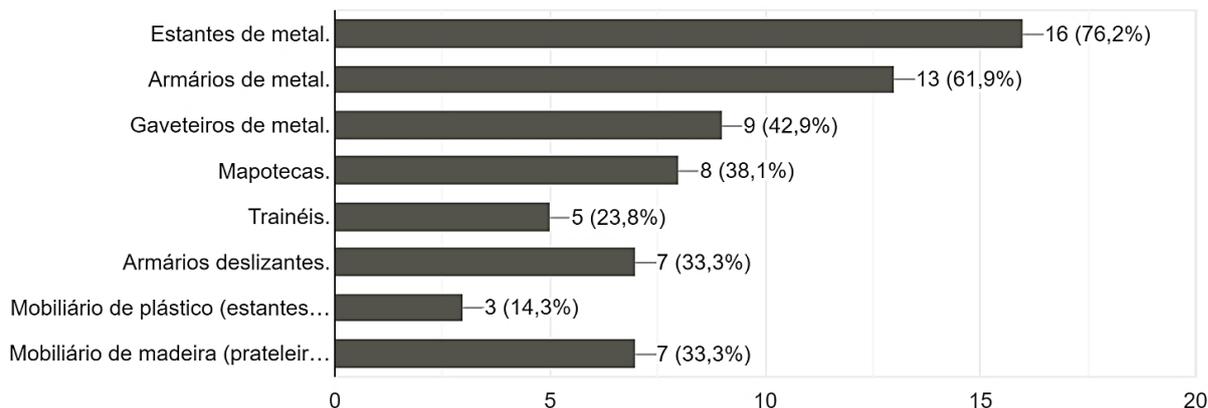


Falando sobre segurança, salienta-se que 52,4% das respostas alegaram que o prédio sede da instituição se encontra razoavelmente conservado, necessitando de manutenções pontuais, e outros 42,9% afirmaram que seu edifício está bem conservado, recebendo manutenções periodicamente. Sobre os aparatos de segurança disponíveis, nota-se a seguinte distribuição:

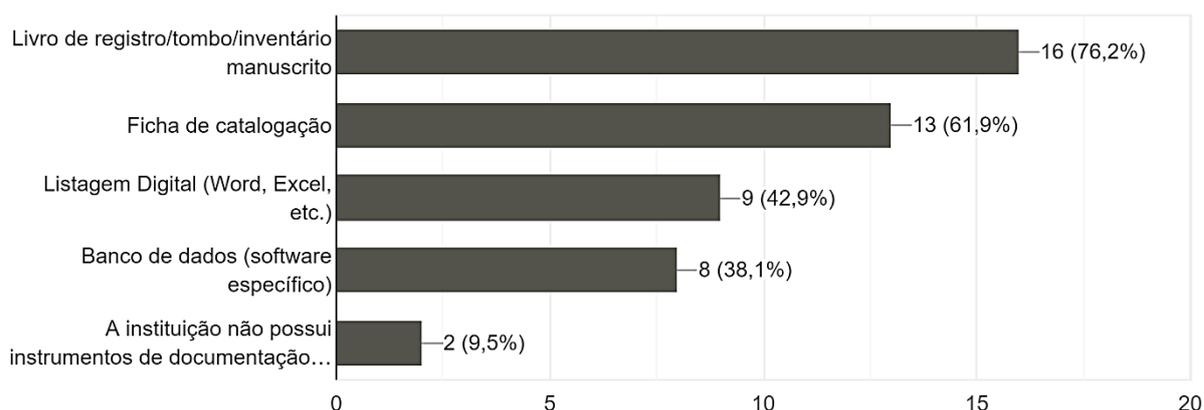


Por fim, fato alarmante sobre a segurança dos edifícios, acervos, equipes de trabalho e visitantes está relacionada à inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) na maior parte das instituições participantes da presente pesquisa, sendo que apenas 42,9% delas afirma possuir tal documento. E, aqui, cabe a seguinte reflexão: o processo de obtenção desse documento, muito mais do que o cumprimento de normativas legais, tem por objetivo a promoção e qualificação das questões básicas de segurança aos visitantes, funcionários e acervos (no caso das instituições museológicas), não sendo itens negociáveis, posto que é incumbência dos gestores institucionais a garantia de segurança a seus frequentadores.

Prosseguindo na análise da pesquisa, quanto à conservação e documentação de acervo, observa-se que 90,5% das instituições afirmaram possuir espaço exclusivamente dedicado ao acondicionamento do acervo e 52,4% confirmaram que possuem funcionários minimamente capacitados para o trato das coleções. Em relação à disponibilização de mobiliário para guarda do acervo, obteve-se os seguintes resultados:

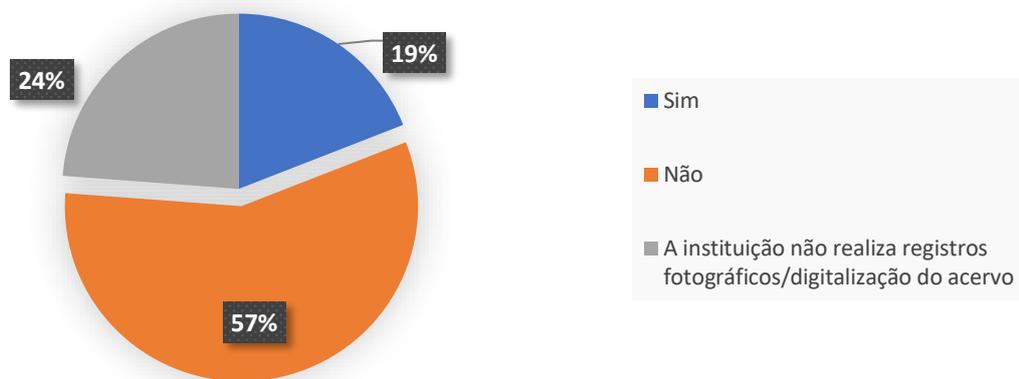


Sobre a documentação e pesquisa do acervo, fez-se possível averiguar que nenhum dos profissionais que participaram da pesquisa sabia informar, com segurança, o número de peças salvaguardado por sua instituição, fato que já aponta para imprecisões em relação ao processo de inventários e catalogação das coleções. Quanto aos instrumentos de documentação utilizados por essas instituições, obteve-se as seguintes informações:



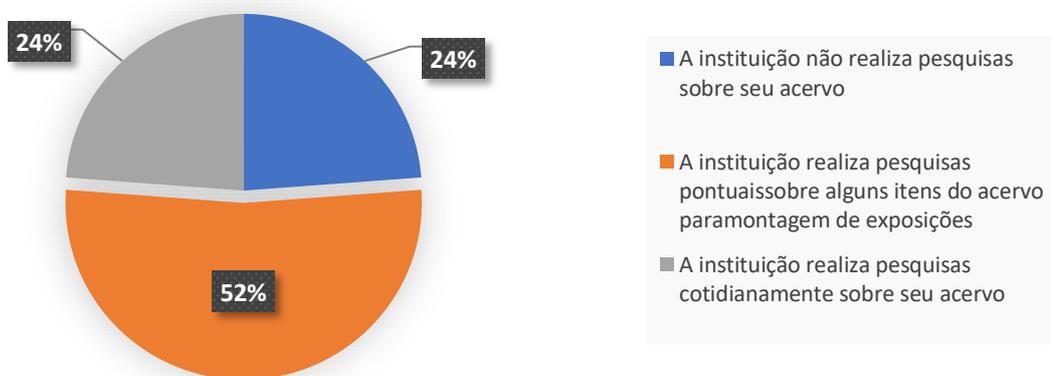
Sobre a digitalização de acervos e acesso remoto a esse conteúdo, 66,7% das instituições afirmaram não possui cópias digitalizadas do instrumento de documentação utilizado que possam ser acessadas remotamente. Quanto à realização de registros fotográficos/digitalização do acervo, 61,9% dos entrevistados afirmaram possuir algum tipo de digitalização de seu acervo e, destes, 19% afirmam possuir ferramentas de acesso remoto a estas informações. Destaca-se, aqui, um prenúncio das dificuldades enfrentadas por estas instituições durante o período agudo de isolamento social, no decorrer da atual pandemia, tendo em vista que 81% dessas instituições não possuíam meios de acessar suas informações de documentação à distância, interferindo diretamente no desenvolvimento de pesquisa e construção de ações digitais durante o fechamento da visitação pública a esses museus.

### É possível acessar remotamente os registros fotográficos/digitalização do acervo?

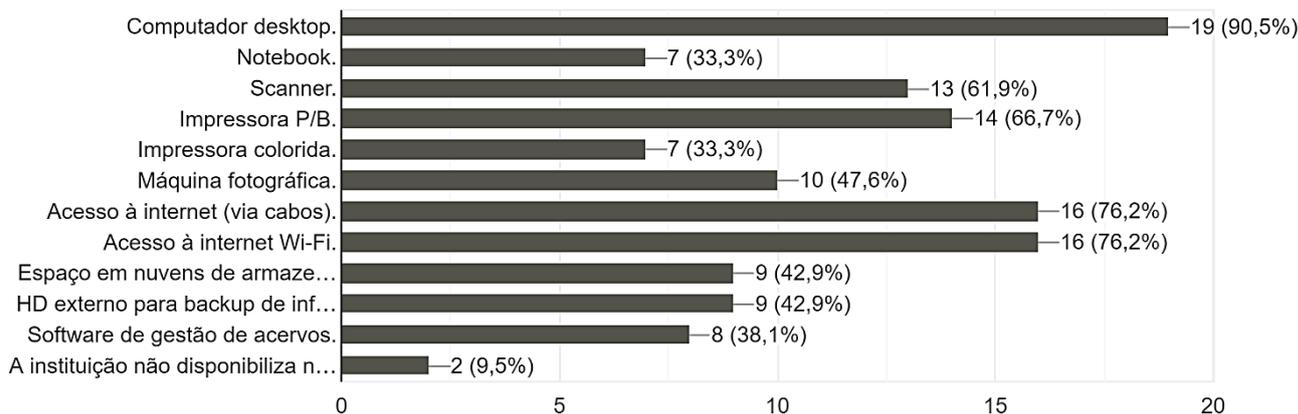


Em relação aos procedimentos de pesquisa desempenhados nessas instituições, preocupa o fato de 28,3% delas afirmar que não realizada pesquisa sobre seu acervo e 52% efetuam, apenas, pesquisas pontuais sobre alguns itens do acervo para montagem de exposições. Sobre a disponibilização dos conteúdos pesquisados por ferramenta de acesso remoto, apenas 24% declaram a existência de tal mecanismo.

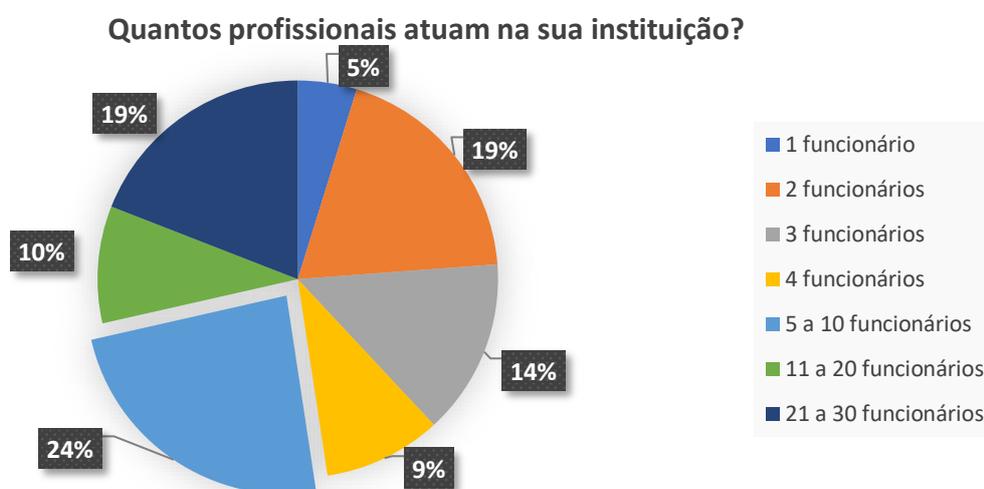
### Sobre o processo de pesquisa do acervo:



Falando sobre a infraestrutura de trabalho e equipamentos tecnológicos de apoio, a pesquisa apontou que 81% dos participantes possuem computadores com acesso à internet para desenvolvimento das atividades de trabalho. Quanto aos equipamentos/ferramentas que tais instituições dispõem para a execução dos trabalhos técnicos e administrativos, elencam-se:

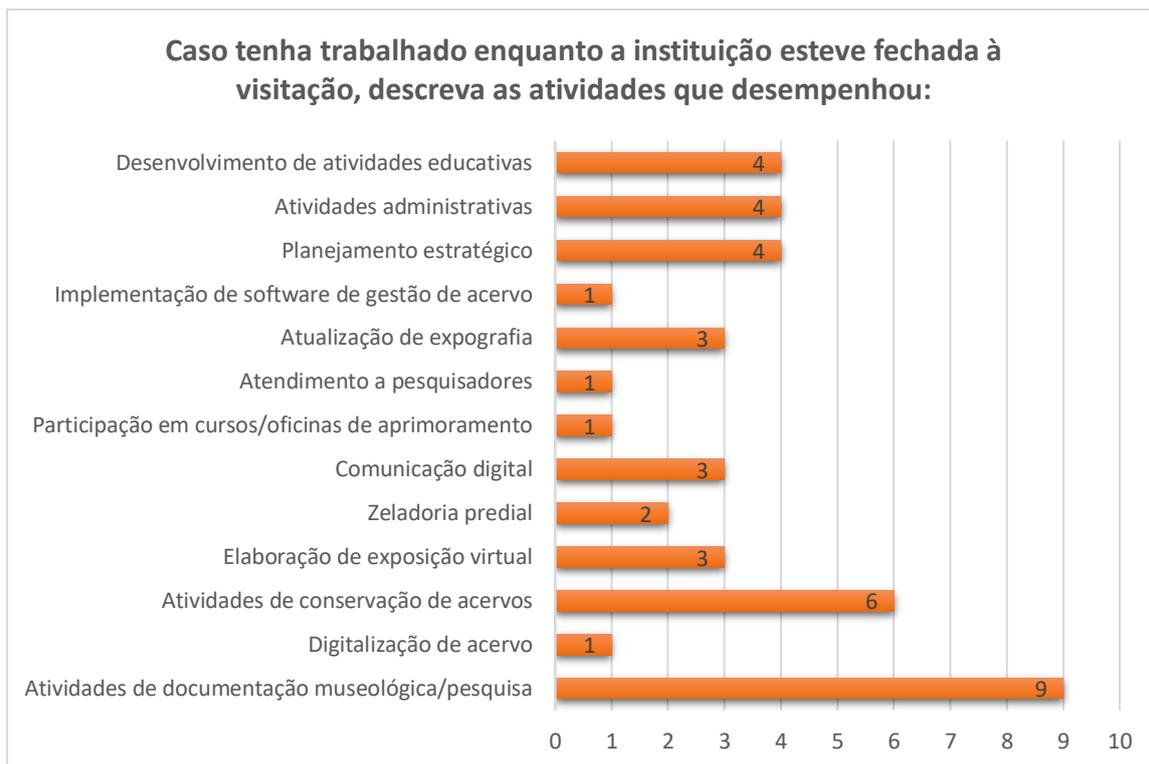


Analisando as equipes de trabalho dessas instituições, observa-se que 24% dos respondentes possuem quadros com 5 a 10 funcionários, 5% atuam sozinhos em seus museus e 19% dispõem de apenas dois profissionais para execução de suas atividades. Em relação à capacitação continuada das equipes, 81% dos entrevistados confirmaram que os funcionários de sua instituição costumam participar de cursos, oficinas ou palestras sobre os temas com os quais atuam cotidianamente. Quanto à existência de museólogos em seus quadros funcionais, apenas 23,8% das instituições afirmaram contar com tais profissionais em suas rotinas.



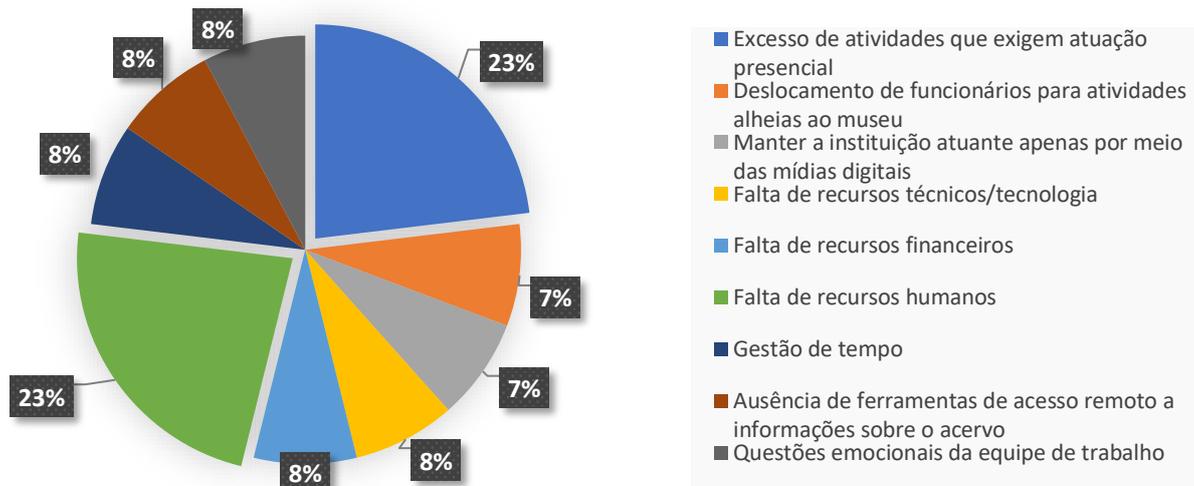
Por fim, sobre o trabalho realizado durante o período de isolamento social<sup>20</sup>, 38% dos respondentes afirmaram que ultrapassaram a marca de 12 meses fechados à visitação pública. No entanto, 95,2% dos entrevistados alegaram ter continuado suas atividades de trabalho, de forma remota ou presencial, ao longo do fechamento de suas instituições. Seguem abaixo as principais ações desenvolvidas por essas instituições durante o período de pandemia:

<sup>20</sup> Considerando o período de março de 2020 a abril de 2021, data da realização da Roda de Conversa com Museus Históricos e Pedagógicos.



No tocante às principais dificuldades de trabalho enfrentadas durante a pandemia, 23% dos respondentes mencionaram que seu principal problema foi o excesso de atividades de trabalho que exigiam atuação presencial, em sequência, outros 23% alegaram que a falta de recursos humanos impediu o desenvolvimento de mais e melhores atividades durante tal período. Chama a atenção o fato de apenas 8% dos entrevistados mencionarem a ausência de ferramentas de acesso remoto às informações sobre seus acervos; cabe aqui a reflexão sobre a qualidade e consistência dos conteúdos oferecidos ao público no decorrer destes meses. Se boa parte das equipes estavam impedidas de visitarem presencialmente seus acervos e não tinham acesso remoto à documentação museológica, como conceberam as atividades realizadas junto ao público? Tais ações foram baseadas em quê?

**Durante o período de isolamento social, quais foram suas principais dificuldades para dar continuidade às suas atividades de trabalho?**



Por fim, quando questionados sobre melhorias necessárias em sua instituição para continuidade dos trabalhos museológicos caso o período de isolamento social se prolongue, a maior porcentagem das respostas repousa sobre a ampliação das equipes de trabalho, digitalização de acervos, adoção de ferramentas que permitam o acesso remoto às informações sobre as coleções e o investimento em recursos tecnológicos para gestão de acervo e comunicação com o público.

Quanto à adoção de tecnologias, tanto na gestão de acervo, como na comunicação com o público e processos administrativos correntes das instituições museológicas, faz-se necessário ponderar que a pandemia de Covid-19 revelou, de forma mais contundente que nunca, o atraso dos museus quanto à adoção de tecnologias em seu cotidiano, fato já plenamente aceito e implementado nos demais setores da sociedade. E a que conclusão chegamos? Que a transformação digital nos museus é uma realidade inescapável. Está posta e, querendo ou não, teremos que nos adaptar a ela. Não adianta ignorar a tecnologia, porque sua utilização não é mais uma opção. Temos tido provas diárias de tal fato ao longo dos últimos 15 meses.

Neste momento, vale ressaltar o que é e o que não é *transformação digital em museus*. Com certeza, não é uma cena de filme futurista! A adoção de tecnologias não se dá de uma hora para outra, e nem da mesma forma em todos os contextos institucionais. Tal transformação em uma instituição é paulatina e deve se adequar à realidade dela, considerando a equipe de trabalho disponível e os recursos técnicos e orçamentários. Da mesma forma, não se trata, simplesmente, do investimento massivo em tecnologia. Transformação digital em museus se trata de uma renovação na forma de entendermos a potencialidade dessas instituições na contemporaneidade, assim como o novo perfil do público, e readequarmos as metodologias e ferramentas de trabalho, como um todo, abordando os processos de gestão museológica pelo viés digital/tecnológico.

Aqui, cabe ressaltar, como bem lembrou o professor Bruno Brulon, durante a conferência de encerramento do 11º Encontro Paulista de Museus<sup>21</sup>, em 2020, que tal compatibilização dos

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5KT-al7iC7k&list=PLF9wR3xIXzRYUk3s8h3RX1AF6ZGoTFFz-&index=19>.

museus à adoção de tecnologias, está longe da ideia ilusória de que os museus podem existir, simplesmente, transferindo suas funções para o ciberespaço. Isso negligencia, segundo Brulon, todas as diversas e complexas etapas da musealização que permitem ao museu, por exemplo, possuir um site e produzir postagens nas redes sociais (BRULON, 2020). De fato, a transformação digital à qual nos referimos, lida com a modernização de ferramentas de trabalho, que otimizem a execução da cadeia operatória museológica.

Quanto ao potencial dessa transformação digital nos museus públicos, podemos salientar a qualificação e otimização de dezenas de processos, entre eles: maior alcance de público, dinamização da comunicação institucional, novas oportunidades para ações educativas, dinamização da gestão de acervos, ampliação do potencial de pesquisa das coleções, automação de serviços ligados à conservação de acervos e otimização de tarefas em contextos com equipes pequenas, como é caso da maior parte dos Museus Históricos e Pedagógicos. Cabe salientar, entre todas as possibilidades acima descritas, certamente a ampliação do potencial de pesquisa das coleções se faz, na atualidade, o maior ganho.

Observamos, ao longo do período de isolamento social, que diversas instituições museológicas, a princípio, desenvolveram atividades digitais para comunicação de suas coleções ao público, no entanto, poucas tiveram fôlego para manter essas atividades até o presente momento. E por quê? Possivelmente, por falta de conteúdos pesquisados para extroversão e acesso remoto a informações sobre as coleções, que permitiriam o desenvolvimento dessas pesquisas.

Outra questão que a transformação digital nesses museus nos suscita é o novo perfil de profissionais que se espera na contemporaneidade. Bem sabemos que boa parte dos trabalhadores atuantes em museus já precisam deter conhecimentos diversificados para desempenho satisfatório das atividades relativas à cadeia operatória museológica, no entanto, agora, espera-se ainda mais. Podemos observar, em relação aos profissionais que ingressam na carreira museológica hoje, que espera-se que sejam profissionais multitarefas, abertos a novos aprendizados, com boa articulação entre seus pares; que detenham capacidade de eleição dos recursos tecnológicos mais adequados a adotar e sua gestão a longo prazo; que busquem por atualização contínua e formação de parcerias institucionais (atuação em redes e sistemas) e que pratiquem a autoliderança e visão crítica sobre a relação entre os museus e seu público. Exaustivo? Com certeza! Mas, se serve de consolo, essa dinâmica de busca por profissionais multitarefas tem se feito comum em todos os setores trabalhistas na atualidade.

Nesse sentido, nota-se a premente necessidade de mudança de postura dos gestores públicos no processo de transformação digital dos museus. Podemos conjecturar que suas principais metas de atuação devem envolver o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que propiciem a adoção de processos de gestão museológica pelo viés digital; promoção de capacitação aos profissionais da área sobre adoção de ferramentas tecnológicas em museus; produção, implementação e incentivo a adoção de sistemas interoperáveis (interoperabilidade) e investimento no entendimento da experiência dos usuários frente às novas ferramentas tecnológicas adotadas.

Ao analisarmos as informações cedidas pelos profissionais dos Museus Históricos e Pedagógicos na presente pesquisa, podemos observar uma sensível mudança em relação ao perfil das suas equipes, bem como, a possibilidade de perenidade e continuidade de ações a médio e longo prazo, assim como, a observação de que se faz necessária a adoção de tecnologias na gestão museológica, de forma a otimizar as atividades desenvolvidas nestes museus, que, normalmente, não dispõem de grandes equipes. Nota-se, ainda, uma mudança de interesse, ou

preocupações, em seus gestores que, para além de buscarem a qualificação dos serviços técnicos realizados nestas instituições, procuram dar novo sentido a elas frente às comunidades locais, de forma que, finalmente, encontrem o equilíbrio entre o que deveriam ser, o que são e o que o público espera que sejam: ponto de apoio às reflexões necessárias sobre as dinâmicas sociais contemporâneas.

## Uma rede de museus em transformação

Apesar da controversa história da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos, observamos que os colapsos por ela enfrentados ao longo dos anos, incluindo o atual, serviram de múltiplas formas para a construção de soluções; soluções essas não aplicáveis, apenas, a esse grupo específico de museus, mas à totalidade dessas instituições no território paulista. Fato irrefutável sobre esses museus, é o de que serviram de esteio à construção das políticas públicas museológicas do estado, sendo o Sistema Estadual de Museus de São Paulo uma delas. Aqui, não se pretende insinuar que tal rede de museus foi a principal e única motivação para o desenho de tais políticas, no entanto, seus problemas relativos à gestão, à exequibilidade da cadeia operatória museológica e à própria noção do que deve ser um museu, fizeram que estas instituições se tornassem o pivô das discussões necessárias sobre a gestão pública de museus no estado de São Paulo.

Outro ponto interessante, notado a partir da pesquisa aplicada aos profissionais de MHPs durante a Roda de Conversa e análise de suas falas no decorrer do evento, trata-se do sensível avanço desses museus que, embora constituídos como Rede, andaram sozinhos por longos anos. Hoje, a partir do trabalho das Representações Regionais do SISEM-SP e o desenvolvimento de parcerias em diversos projetos, podemos observar que, finalmente, os MHPs, pelo menos parte deles, caminham em sinergia com seus pares e, como fruto dessa troca de conhecimentos e apoio técnico, têm alcançado resultados positivos em suas atividades e impacto de público.

No tocante ao processo de municipalização desses museus, ele pode (e deve) trazer significativas modificações a estas instituições museológicas. Podemos elencar, entre várias possibilidades de transformação: a legitimação de investimentos municipais para a salvaguarda destes acervos e demais atividades do museu; o provimento de cargos efetivos para estas instituições; a tomada de consciência dos gestores públicos municipais sobre sua responsabilidade junto a seus museus; a inserção da comunidade nas decisões relativas ao museu; e acima de tudo, o incentivo à estruturação, tanto técnica quanto administrativa, que o processo de municipalização pode trazer a estes novos museus de cidade. De fato, já é possível observar as transformações ocorridas em boa parte dos MHPs que já concretizaram sua municipalização, sendo, na maior parte dos casos, muito positivas, indo ao encontro das expectativas supracitadas. Sobre essa transição de gestão, vale relembrar também:

No entanto, como mencionado, estas mudanças (resultantes das municipalizações) “podem” acontecer, mas a maioria não é garantida. Vê-se aqui a dependência direta das vontades políticas para que estas modificações em potencial se efetivem, a saber, a municipalização não possui efeitos “mágicos” que sanem todos os problemas destas instituições museológicas; na verdade, ela os evidencia. Sua potencialidade reside exatamente neste ponto, onde apresenta tanto ao poder público estadual, quanto ao municipal e à comunidade local as fragilidades destes museus, e chama a atenção para

a necessidade (e possibilidade) de transposição destes problemas e a resignificação destas instituições, por meio da regularização de seu *status* legal e profissionalização de suas atividades. (AVILA, 2014, p. 167)

Questão que ainda incomoda em relação às municipalizações, trata-se da baixa participação das comunidades locais durante as audiências públicas, parte vital da tramitação do processo, quando a população e gestores municipais são consultados sobre seu interesse, ou não, em receber os acervos estaduais em doação. A que isso se deve? Podemos levantar diversas hipóteses, no entanto, o que mais pesa aqui trata-se do fato que, sem a correta e proporcional participação das comunidades locais, desde o princípio do processo de municipalização, até a reestruturação técnica e conceitual dessas instituições, dificilmente alcançarão o impacto social esperado para uma instituição museológica contemporânea. A participação do público nestes momentos cruciais de tomada de decisões sobre os equipamentos museológicos é o que, hoje, traz legitimidade a tais vereditos.

Por fim, retomando as falas de Maria Ignez Mantovani Franco na Roda de Conversa com Museus Históricos e Pedagógicos, vencidos os primeiros obstáculos da municipalização (parte administrativa), cabe-nos a reflexão sobre o novo papel dessas instituições frente às suas comunidades. Faz-se necessário olhar o mundo em que vivemos e pensar no novo uso das coisas, como os objetos serão apropriados no presente, como serão resignificados no futuro e qual o futuro que se pretende para eles, para nós.

## Bibliografia

### ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS

CRUZ, Beatriz Augusta Correa da. *A municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos*. São Paulo, 1 abr. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

FRANCO, Maria Ignez Zuccon Mantovani. *A municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos*. São Paulo, 6 mar. 2014. Entrevista a Ana Carolina Xavier Ávila.

### LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS JURÍDICOS

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 26.218, de 3 de agosto de 1956. Dispõe sobre a instalação de Museus Históricos e Pedagógicos em Batatais, Campinas, Guaratinguetá e Piracicaba. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 4 ago. 1956.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 30.324, de 10 de dezembro de 1957. Dispõe sobre a instalação de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 11 dez. 1957.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 33.980, de 19 de novembro de 1958. Dispões sobre a complementação da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 20 nov. 1958.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.101, de 25 de junho de 1963. Institui a título precário, na Secretaria da Educação, o Serviço de Museus Históricos. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 49.165, de 29 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultural, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 4.093, de 26 de julho de 1974. Altera a estrutura da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 7.730, de 23 de março de 1976. Reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979. Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986. Institui o Sistema de Museus do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994. Autoriza a Secretaria da Cultura a celebrar convênio com municípios do Estado, objetivando a transferência para a administração pública municipal de museus estaduais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 39.395, de 19 de outubro de 1994. Substitui anexo e altera a redação de dispositivo que especifica do Decreto n. 38.947, de 26 de julho de 1994. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 44.735, de 3 de fevereiro de 2000. Autoriza a doação, a Municípios Paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Parecer PA nº 239, de 8 de julho de 2004. Bem público. Acervo de museus estaduais. Doação a Prefeituras Municipais, nos termos do Decreto estadual n. 44.735, de 3 de março de 2000. Artigo 272 da Constituição do Estado que alcança o patrimônio cultural e científico. Interpretação da norma regulamentar de forma a conformá-la com o artigo 272 da Constituição estadual. **Procuradoria Administrativa do Estado**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 13.209, de 29 de setembro de 2008. Autoriza a doação do acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.035, de 2 de junho de 2011. Altera a denominação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo para Sistema Estadual de Museus - SISEM-SP, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº Decreto Nº 61.906, de 04 de abril de 2016. Autoriza a doação do acervo de museus estaduais aos municípios onde se localizem. **Diário Oficial de São Paulo**. São Paulo, SP.

## LIVROS E PERIÓDICOS

AVILA, Ana Carolina Xavier. **Museus históricos e pedagógicos no século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

**BOLETIM DOS MUSEUS**. São Paulo: Departamento de Museus e Arquivos (DEMA), n. 1, 1990. Trimestral.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cultura. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2001. Vol. 2.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Algumas considerações sobre uma política cultural para o Estado de São Paulo (1976). In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes (orgs.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2010. Cap. 2. pp. 57-68. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Museus de São Paulo (1980)**. In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes (orgs.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2010. Cap. 7. pp. 103-118. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. 1977. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Departamento de Escola Pós-graduada de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos**. Instituto Brasileiro de Museus; Universidade Federal de Goiás - Brasília, DF: Ibram, 2020.

MISAN, Simona. Os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, pp.175-204, 2008.

\_\_\_\_\_. **A implantação dos museus históricos e pedagógicos do Estado de São Paulo (1956-1973)**. 2005. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História Social, Departamento de Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. **Redes e sistemas de museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

## EVENTOS ONLINE

AVILA, Ana Carolina Xavier. Mesa redonda: O potencial da transformação digital nos museus públicos. In: LANÇAMENTO DO MANUAL ACERVOS DIGITAIS EM MUSEUS: MANUAL PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS. 2021, São Paulo. **Live**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EvYoQU4ZkU&t=5981s>.

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SÃO PAULO. Conferência de encerramento. In: 11º ENCONTRO PUALISTA DE MUSEUS. 2020, São Paulo. **Live**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5KT-al7iC7k&t=2800s>.